Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sara Ribeiro de Sousa

A Influência dos Traços Psicopáticos na Relação entre os Maus-Tratos na Infância e a Delinquência Violenta e Não Violenta

junho de 2023

A Influência dos Traços Psicopáticos na Relação entre os Maus-Tratos na Infância e a Delinquência Violenta e Não Violenta

Sara Sousa

UMinho | 2023

Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sara Ribeiro de Sousa

A Influência dos Traços Psicopáticos na Relação entre os Maus-Tratos na Infância e a Delinquência Violenta e Não Violenta

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Psicologia da Justiça

Trabalho efetuado sob a orientação da **Professora Doutora Ângela Maia** e do **Doutor Hugo S. Gomes**

junho de 2023

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Agradecimentos

Com o aproximar-se da reta final desta tão bonita e enriquecedora viagem, não posso deixar de agradecer às pessoas que nunca me largaram a mão.

Aos meus pais, por frisarem sempre o quanto vos orgulhava. Por estarem presentes em todas as horas e por me darem força. À Mariana, por todas as vezes que te chateaste porque não podia treinar contigo, mas por insistires sempre. Mesmo que não saibam, vocês salvaram-me muitas vezes.

Ao Kiko, por não teres desistido de nós, mesmo com o mau feitio, muito dele meu, mas, também, muito dele provocado por todo o stress do último ano. Por transformares todas as horas em momentos de sanidade mental e lufadas de ar fresco. À Taty, por seres a minha irmã mais velha, sempre com conselhos. À Pipa por seres sempre a primeira. É impossível olhar para a minha vida e não vos ver lá.

Aos que me acompanharam desde o primeiro dia, por estarem presentes nos momentos perfeitos e nos terríveis, por terem sido o ombro amigo. Por serem quem são, e por me terem tornado no que sou hoje. Quando olho para mim, vejo um bocadinho de todos vocês. Desde sempre, nós contra o mundo.

Um obrigada especial à Granger, por nunca me teres deixado cair, mesmo quando te mantinha o mais longe possível. À Line, por teres sido o meu porto de abrigo, por teres sido casa, literalmente.

À Majó por seres a minha melhor escolha nesta caminhada, pelas chamadas infinitas, pelos conselhos, por seres ombro amigo e por saber que andaremos sempre lado a lado. À Ju, por seres família e por me chamares sempre à razão. À Carol, pela tua escolha, pela amizade e pelos conselhos partilhados.

À Renata, à Borges e à Rafa, por me tirarem de casa. Pelas aprendizagens, sobre o mundo e umas sobre as outras. Pelo amor. E por me darem a certeza de que nunca nos abandonaremos. Aos Minhers, por terem sido casa, família e por se terem tornado na luz, no momento de maior escuridão.

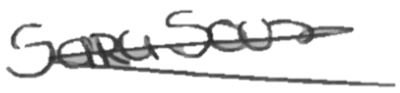
A todos vocês, por me ensinarem um bocadinho mais sobre amor.

Por fim, mas não menos importante, aos meus orientadores, a Professora Ângela Maia e o Doutor Hugo Gomes, pelo incentivo constante ao meu desenvolvimento, por acreditarem no meu trabalho e por toda a disponibilidade demonstrada. A todos os elementos do Grupo de Investigação de Experiências Adversas e Traumáticas, pelas aprendizagens e pelas dúvidas tiradas a todo o momento.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.



A Influência dos Traços Psicopáticos na Relação entre os Maus-Tratos na Infância e a Delinquência Violenta e Não Violenta

Resumo

A literatura tem dado cada vez mais importância à forma como os maus-tratos na infância influenciam a delinquência. De modo a explicar os mecanismos subjacentes a esta relação, a mediação dos traços psicopáticos foi estudada e comprovada. Contudo, a investigação desta mediação na relação entre os maus-tratos e a delinquência violenta e não violenta não foi, ainda, explorada. Desta forma, temos como objetivo incorporar estas linhas de pesquisa, hipotetizando a existência desta mediação quer na delinquência violenta quer na delinquência não violenta e analisando a possibilidade deste mediador ser mais forte na relação com a delinquência violenta, quando comparado com a não violenta. O nosso estudo contou com 366 jovens, que completaram o ISRD-3 e o YPI-SV com o intuito de identificar possíveis experiências de maus-tratos, comportamento delinquente e traços psicopáticos. Os resultados demonstram que os traços psicopáticos medeiam totalmente a relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta e medeiam parcialmente a relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta. Consequentemente, podemos concluir que os traços psicopáticos são um dos mecanismos pelos quais os maus-tratos na infância influenciam a delinquência violenta e a não violenta, ajudando a explicar a relação entre eles.

Palavras-chave: delinquência não violenta, delinquência violenta, maus-tratos na infância, mediação, traços psicopáticos

The Influence of Psychopathic Traits on the Relationship between Child Maltreatment and Violent and Nonviolent Delinquency

Abstract

Over time, literature has increasingly emphasized the influence of childhood maltreatment on delinquency. In order to explain the underlying mechanisms of this relationship, the mediation of psychopathic traits has been studied and established. However, the investigation of this mediation in the relationship between maltreatment and violent and nonviolent delinquency has not yet been explored. Therefore, our goal is to incorporate these lines of research, hypothesizing the existence of this mediation in both violent and non-violent delinquency, and to analyze the possibility of this mediator being stronger in the relationship with violent delinquency compared to nonviolent delinquency. In our study, the YPI-SV and ISRD-3 were administered to 366 youths to identify possible experiences of victimization, delinquent behavior, and psychopathic traits. The results demonstrate that psychopathic traits fully mediate the relationship between childhood maltreatment and violent delinquency and partially mediate the relationship between childhood maltreatment and nonviolent delinquency. As a result, we can conclude that psychopathic traits are one of the mechanisms through which childhood maltreatment influences both violent and nonviolent delinquency, helping to explain the relationship between these phenomena.

Keywords: childhood maltreatment, mediation, nonviolent delinquency, psychopathic traits, violent delinquency

Índice

A Influência dos Traços Psicopáticos na Relação entre os Maus-Tratos na Infância e a Delinquência Violenta e Não Violenta 8
Maus-Tratos na Infância 8
Traços Psicopáticos 10
Delinquência 11
Hipóteses e Objetivos 11
Metodologia 13
Amostra 13
Procedimento 13
Instrumentos 14
International Self-Report Delinquency (ISRD-3) 14
Youth Psychopathic Traits Inventory – Short Version (YPI-SV) 15
Análises Estatísticas 16
Resultados 16
Análises Descritivas dos Resultados 16
Análises dos Efeitos de Mediação 17
Discussão 19
Limitações 22
Futuros Trabalhos 23
Referências 25

Índice de Figuras

Figura 1. Mediação dos Traços Psicopáticos na Relação entre Maus-Tratos e Delinquência Violenta 19
Figura 2. Mediação dos Traços Psicopáticos na Relação entre Maus-Tratos e Delinquência Não Violenta .. 19

Índice de Tabelas

Tabela 1. Estatísticas Descritivas dos Maus-Tratos na Infância e da Delinquência Violenta e Não Violenta. 18

A Influência dos Traços Psicopáticos na Relação entre os Maus-Tratos na Infância e a Delinquência Violenta e Não Violenta

A vitimação na infância e na adolescência é um fenómeno universal, comum a todos os grupos sociais, sendo os maus-tratos a experiência traumática mais frequente nesta faixa etária (Sethi et al., 2013). Diversos estudos portugueses indicam que mais de metade dos participantes reportaram, pelo menos, um evento adverso na infância e adolescência (e.g. Almeida et al., 2020; Martins et al., 2018; Martins et al., 2021). Higgins et al. (2023) encontrou, também, evidências congruentes num estudo realizado na Austrália, com 8,503 participantes. Em 2021, em Portugal, mais de 69,000 crianças e jovens foram acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) devido a Processos de Promoção e Proteção iniciados nesse ano ou em anos transatos (CNPDPCJ, 2022). Estes dados salientam a necessidade de realizar mais estudos sobre esta temática, com o intuito de compreender o seu impacto e as possíveis formas de alterar esta trajetória após a vitimação.

Maus-Tratos na Infância

Os maus-tratos na infância dizem respeito a abuso ou negligência direcionado a crianças com menos de 18 anos, provocados por aqueles que têm, para consigo, uma relação de responsabilidade, confiança e poder. Este resulta num dano, real ou potencial, para a saúde, o sentido de sobrevivência, o desenvolvimento e a dignidade da criança (World Health Organization [WHO], 2022). Aquando da abordagem dos maus-tratos, devem ser consideradas duas tipologias distintas dos mesmos: os maus-tratos diretos e os maus-tratos indiretos. Os maus-tratos diretos dizem respeito ao abuso físico, sexual ou psicológico, à negligência, entre outros, enquanto o testemunho de violência na família, por exemplo, se refere aos maus-tratos indiretos (Doelman et al., 2021).

Dado que no presente estudo iremos centrar-nos somente no abuso físico e no testemunho da violência interparental, é importante elucidar sobre estes dois termos. O abuso físico pode ser definido como o uso intencional de força física contra uma criança, incluindo bater, espancar, chutar, entre outros, sendo, muitas vezes, infligido em casa com o objetivo de punir a criança pelos seus comportamentos (World Health Organization [WHO], 2006). O testemunho de violência interparental diz respeito à exposição de uma criança a violência entre os cuidadores, através da observação ou audição destes incidentes. Uma em cada 15 crianças esteve exposta a testemunho de violência interparental durante o último ano, sendo a observação o modo mais recorrente do mesmo (Hamby et al., 2011).

A exposição precoce a eventos potencialmente traumáticos despoleta diversas consequências do ponto de vista físico, emocional e desenvolvimental da criança (Sethi et al., 2013), independentemente da tipologia dos maus-tratos (Martins et al., 2021). As consequências dos maus-tratos indiretos podem, inclusive, ter efeitos tão severos como as dos maus-tratos diretos (Kitzmann et al., 2003). O testemunho de violência interparental por parte da criança leva a um sentimento de impotência, decorrente da perceção de si como inferior, uma vez que a criança tem dificuldades em ajudar a vítima. Isto pode dar origem a um sentimento de inferioridade moral, o que pode levar a consequências destrutivas para a forma como o indivíduo passa a relacionar-se consigo mesmo (Sutterlüty, 2007). Para além destas consequências, diversos estudos referem que um dos efeitos negativos mais estudados dos maus-tratos na infância é a probabilidade aumentada de envolvimento em comportamentos delinquentes e violentos (Braga et al., 2017; Martins et al., 2021; Ryan et al., 2013), sendo o abuso físico o preditor mais consistente para estes comportamentos (Maas et al., 2008).

Na literatura, podemos encontrar diversas explicações para os resultados apresentados anteriormente (Braga et al., 2017; Martins et al., 2021; Ryan et al., 2013). A hipótese do ciclo da violência sugere que a história de maus-tratos na infância leva à perpetração de comportamentos delinquentes na adolescência e na idade adulta (Widom & Maxfield, 2001; Widom & Wilson, 2015). Esta perpretação pode ter origem nas alterações neurofisiológicas ou neuropsicológicas provocadas pela experiência de maus-tratos. No que respeita às alterações neurofisiológicas, a exposição a maus-tratos na infância afeta o eixo hipotalâmico-pituitário-adrenal, podendo resultar numa resposta elevada ao *stress* e, consequentemente, numa resposta agressiva quando expostos a situações *stressantes*, desenvolvendo, assim, comportamentos violentos (Sanchez & Pollak, 2009). Relativamente aos défices neuropsicológicos (McLaughlin et al., 2015), estes são consistentes com a conceção de Moffitt (1993) de ofensores persistentes ao longo da vida, que refere que estes défices, associados com a exposição a ambientes familiares desfavorecidos, explicam o início precoce e a persistência do indivíduo na trajetória delinquente. Para além disso, uma explicação teórica mais recente diz respeito à teoria do trauma. Esta refere que a exposição à violência interparental leva a que a criança se sinta insegura e sem poder, dificultando a regulação das suas emoções. Consequentemente, esta irá reagir de forma mais agressiva ou oposta às suas emoções (Dye, 2018).

É importante ter em consideração que as consequências dos maus-tratos na infância terão diferentes impactos dependendo da idade em que os mesmos começam a ocorrer e da persistência com que acontecem. Tendo em conta que o primeiro ano de vida da criança é o período de maior crescimento

neuronal, este é o momento em que o seu cérebro tem uma maior sensibilidade a perturbações externas (Johnson, 2011; Maglione et al., 2018), o que aumenta os efeitos negativos dos maus-tratos, através, por exemplo, da diminuição do desenvolvimento do autocontrolo (Cowell et al., 2015). Relativamente ao comportamento antissocial, os maus-tratos são um fator de risco para o mesmo, com principal relevância quando se prolongam ao longo do tempo (Maglione et al., 2018).

Traços Psicopáticos

A psicopatia é um construto multidimensional frequentemente definido como um conjunto de características interpessoais, afetivas e comportamentais (Colins et al., 2014). Esta é expressa, tipicamente, através de comportamentos de grandiosidade, manipulação, superficialidade afetiva, impulsividade e irresponsabilidade, assim como através do não cumprimento de valores e normas sociais. Quando estas características são observadas em crianças, este diagnóstico não é passível de ser realizado, posto que o indivíduo não atingiu, ainda, a maioridade - critério B (American Psychological Association [APA], 2013). Por esta razão, quando observadas em crianças e adolescentes, estas características denominam-se traços psicopáticos. Não obstante, diversos estudos sugerem que estes traços se manifestam de forma bastante similar à psicopatia nos adultos, apresentando as três principais dimensões da personalidade psicopática: a mentira, a manipulação e a ausência de culpa (Johnstone & Cooke, 2004). Para além da similaridade, Frick et al. (2014) demonstram que crianças e adolescentes com traços de insensibilidade emocional podem estar em risco de apresentar psicopatia na idade adulta.

Diversos estudos (Dargis & Koenigs, 2017; Krischer e Sevecke, 2008; Schimmenti et al., 2020) encontraram uma relação positiva entre os maus-tratos na infância e os traços psicopáticos, sendo os primeiros um dos fatores de risco mais frequentes para o desenvolvimento dos traços psicopáticos (Dargis et al., 2016). Isto acontece através das alterações na transcrição genética e no desenvolvimento cerebral (Cellini, 2004; Glenn & Raine, 2013). Estas alterações moldam reações relacionadas com a empatia, a moralidade e a culpa, processos geralmente menos desenvolvidos em jovens com traços psicopáticos (Mead et al., 2010). Para além disso, indivíduos que apresentam estes traços exibem características manipuladoras, enganosas e egocêntricas, o que leva a um estilo de vida impulsivo e irresponsável e, consequentemente, a uma maior dificuldade em controlar o seu comportamento (Salihovic & Stattin, 2017). Deste modo, os jovens que apresentam traços psicopáticos exibem, tendencialmente, mais comportamentos delinquentes (Asscher et al., 2011; Nijhof et al., 2011; Pechorro et al., 2014) e taxas mais altas de reincidência (Asscher et al., 2011; Pechorro et al., 2014), devido à sua dificuldade em adotar meios apropriados para satisfazer as suas

necessidades imediatas (Farina et al., 2018; McCuish et al., 2014). Assim, os traços psicopáticos apresentam-se como um dos maiores preditores de ofensas crónicas violentas (Blair et al. 2006; Strickle et al., 2009).

Delinquência

A delinquência refere-se à prática, por adolescentes e jovens adultos, de comportamentos antissociais e atos proibidos por lei (Farrington, 2004). Usualmente, o pico da delinquência acontece durante a adolescência, havendo uma diminuição no início da idade adulta, sendo importante considerar a existência de uma ligeira diferença entre os crimes violentos e não violentos (Farrington, 1986).

Os comportamentos delinquentes compreendem diversas tipologias, que podem ser agrupadas em: (a) delinquência contra a propriedade, referente a comportamentos como vandalismo e furtos; (b) delinquência violenta, ou seja, ofensas à integridade física, como lutas e roubos; e (c) delinquência geral, relativo ao conjunto total de comportamentos englobados pelas duas anteriormente descritas e por alguns não enquadrados em nenhuma tipologia, como o *download* ilegal de música ou filmes da *internet* ou a venda de droga (Doelman et al., 2021).

Aquando da realização do estudo de Braga e Gonçalves (2013), foi possível concretizar que mais de metade dos participantes (65.5%) revelou ter perpetrado, pelo menos, um comportamento delinquente, demonstrando assim que este tipo de comportamentos está amplamente disseminado na comunidade jovem portuguesa. Tendo em consideração que a delinquência não violenta e a delinquência violenta diferem na sua gravidade, é importante referir que, apesar da alta percentagem de jovens envolvidos em atos antissociais ou ilegais esporádicos, apenas um número reduzido de jovens se envolve em delinquência violenta (Pechorro et al., 2014; Piquero et al., 2012). A maioria dos indivíduos que reportam ofensas violentas na sua carreira criminal, cometem esta tipologia de ofensas apenas uma vez, possivelmente devido à sua identificação pelo sistema de justiça (Piquero et al., 2012). Ainda assim, os comportamentos delinquentes não violentos não devem ser desvalorizados. Segundo Loeber et al. (1993), a perpetração deste tipo de comportamentos pode estabelecer o percurso em direção à delinquência violenta.

Hipóteses e Objetivos

Tendo em consideração a literatura expressa anteriormente, é possível evidenciar a relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência (Braga et al., 2017; Martins et al., 2021; Ryan et al., 2013), assim como da relação entre os maus-tratos na infância e os traços psicopáticos em jovens (Krischer & Sevecke, 2008; Schimmenti et al., 2020) e da relação entre os traços psicopáticos e a delinquência (Asscher et al.,

2011; Nijhof et al., 2011; Pechorro et al., 2014), em especial a violenta (Blair et al., 2006; McCuish et al., 2015; Strickle et al., 2009).

Existem diversos estudos que procuram hipotetizar a mediação dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência (Baskin-Sommers & Baskin, 2016; Chang et al., 2021; Dias, 2022). Ainda assim, todos estes estudos apresentam diversas limitações que o presente estudo procura ultrapassar. No que respeita ao estudo de Baskin-Sommers e Baskin (2016), a hipótese formulada somente tem em consideração a exposição à violência e as ofensas sérias e violentas numa amostra de jovens ofensores, encontrando resultados indicativos desta mediação. Chang et al. (2021) focaram-se na mediação dos traços de insensibilidade emocional na relação entre diversos tipos de maus-tratos na infância e delinquência violenta, encontrando evidências de que o abuso sexual na infância e a negligência emocional prediziam, indiretamente, a delinquência juvenil violenta através dos traços de insensibilidade emocional, ao contrário do abuso físico que não apresentava qualquer significância no estudo, não predizendo a delinquência violenta juvenil. Já Dias (2022), procurou estender a hipótese à mediação dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência juvenil, numa amostra portuguesa, tendo esta mediação sido corroborada.

Tendo em consideração que, de acordo com a literatura descrita acima, a psicopatia leva a uma maior propensão para a delinquência violenta do que para a delinquência não violenta (McCuish et al., 2015) e que, pelo que é do nosso conhecimento, estas diferenças não foram testadas anteriormente, fica a dúvida se os traços psicopáticos se relacionarão de forma distinta com as diferentes tipologias da delinquência anteriormente mencionadas. Dessa forma, temos como objetivo explorar a mediação dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta e não violenta, analisando a possibilidade deste mediador ser mais forte na relação com a delinquência violenta. Desse modo, hipotetizamos que (a) a relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta é mediada pelos traços psicopáticos, (b) a relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta é mediada pelos traços psicopáticos, e (c) o papel mediador dos traços psicopáticos é mais forte na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta, quando comparado com a delinquência não violenta.

O presente estudo procura ampliar o conhecimento sobre os tópicos abordados, usando, contrariamente aos estudos referidos anteriormente (Baskin-Sommers & Baskin, 2016; Chang et al., 2021; Dias, 2022), todas as dimensões dos traços psicopáticos e duas tipologias de maus-tratos na infância, especificamente, abuso físico e testemunho de violência interparental, diferenciando a delinquência na

tipologia violenta e não violenta, o que irá promover a investigação diferenciada neste campo. A compreensão destas dinâmicas irá proporcionar a acumulação de novos conhecimentos sobre a temática, promovendo uma melhor compreensão acerca das mais valias da aplicação de novas políticas, intervenções e prevenções, contribuindo para a capacitação mais eficiente deste setor.

Metodologia

Amostra

Da amostra inicial de 409 participantes, foram excluídos todos aqueles que não forneceram informações acerca das variáveis pertinentes para o estudo, ou seja, que não responderam aos itens cruciais para o estudo dos maus-tratos na infância, da delinquência violenta e não violenta e dos traços psicopáticos. Esta ação teve como objetivo evitar possíveis erros nas análises.

Consequentemente, a amostra passou a ser constituída por 366 jovens estudantes de uma escola no centro de Portugal, com idades entre os 13 e os 21 anos (M=15.41; DP=1.73), dos quais 184 (50.30%) são do sexo masculino e 360 (98.40%) são de nacionalidade portuguesa. Ademais, 150 (41.00%) participantes frequentavam, aquando da realização do estudo, o ensino básico, correspondente ao sétimo, oitavo e nono ano, e 216 (59.00%) frequentavam o ensino secundário, ou seja, o 10º, 11º e 12º ano.

Procedimento

Esta dissertação insere-se num estudo mais amplo, referente a uma tese de doutoramento realizada no Grupo de Investigação de Experiências Adversas e Traumáticas, da Escola de Psicologia, da Universidade do Minho (Gomes, 2021).

Após a aprovação da Comissão de Ética da Universidade do Minho, da Direção-Geral da Educação, do presidente da escola onde se realizou a recolha dos dados e dos encarregados de educação dos alunos menores de idade, foram fornecidas todas as instruções e tiradas as devidas dúvidas, explicitando sobre a colaboração voluntária e confidencialidade das respostas. De seguida, disponibilizaram-se os questionários em papel, sendo estes preenchidos, de forma individual, por cada aluno.

Através do programa *G*Power*, realizamos uma Regressão Linear Múltipla, utilizando um poder estatístico de 0.80 e um tamanho do efeito moderado ($\eta^2 = 0.15$), o que totalizou uma amostra necessária de 68 participantes. Deste modo, foi possível concluir sobre a adequação da dimensão da amostra ao presente estudo.

Instrumentos

Este estudo tem como principal foco dois dos instrumentos administrados ao longo da recolha de dados, sendo eles o *International Self-Report Delinquency* (ISRD-3) e o *Youth Psychopathic Traits Inventory – Short Version* (YPI-SV), que serão explicitados posteriormente.

International Self-Report Delinquency (ISRD-3)

O ISRD-3 foi desenvolvido por Enzmann et al. (2018) e validado, para a população portuguesa, por Martins et al. (2018). O seu principal objetivo é estudar a prevalência e a incidência da delinquência e da vitimação juvenil, de forma a obter resultados comparáveis a nível internacional. Este instrumento tem como principal foco a infância e a adolescência, uma vez que estas são as idades mais relevantes para o encetamento de atividades delinquentes (Enzmann et al., 2018). Organizado em nove grupos de questões, nomeadamente, informações sociodemográficas, questões sobre a família, escola, maus-tratos na infância, momentos de lazer e crenças sobre atitudes, comportamentos delinquentes, consumos e atitudes e valores do adolescente (Martins et al., 2018), este instrumento pode ser respondido através de escalas de *Likert* e dicotómicas, diferindo as possíveis respostas ao longo do instrumento, tanto inter, como intra grupo. Foi dada particular importância à secção quatro e sete que possibilitarão o cálculo de três das quatro variáveis necessárias para o estudo, respetivamente, os maus-tratos na infância, a delinquência violenta e a delinquência não violenta.

Maus-Tratos na Infância. De igual forma ao estudo de Doelman et al. (2021), esta variável é medida através de quatro questões. Relativamente aos maus-tratos indiretos, o participante deve responder a duas questões alusivas ao testemunho de violência interparental: "Alguma vez passaste por algum dos seguintes acontecimentos graves?", sendo analisadas as alíneas: (a) "Agressões físicas entre os teus pais"; e (b) "Conflitos sérios repetidos entre os teus pais". No que diz respeito aos maus-tratos diretos na infância, este é avaliado através de duas questões relacionadas com a forma de agir dos cuidadores em relação ao participante: "Alguma vez a tua mãe (ou companheira do pai) ou o teu pai (companheiro da mãe)" (a) "te bateu, deu um estalo ou empurrão?"; e (b) "te bateu com algum objeto, te deu um murro ou pontapé forte ou te espancou?". Todas as questões devem ser respondidas dicotomicamente (0=*Não*, 1=*Sim*). Contudo, devido à gravidade da alínea (b) dos maus-tratos diretos na infância ("Alguma vez a tua mãe (ou companheira do pai) ou o teu pai (companheiro da mãe) te bateu com algum objeto, te deu um murro ou pontapé forte ou te espancou?"), respostas positivas são pontuadas automaticamente com a máxima pontuação possível para os maus-tratos diretos, ou seja, dois. Desta forma, tanto a pontuação final dos maus-tratos indiretos na

infância, como dos maus-tratos diretos, varia entre zero e dois, indicando, proporcionalmente, a sua severidade. Consequentemente, a pontuação total da variável maus-tratos na infância, é obtida através da soma dos dois resultados anteriormente descritos, resultando, assim, numa pontuação que pode variar entre zero e quatro (M=0.77; DP= 0.93).

Delinquência Juvenil. Embora esta secção seja composta por 15 alíneas, Doelman et al. (2021) só consideram 12 delas. Assim, a pontuação relativa à delinquência violenta é obtida através da soma de quatro itens, sendo eles: "Alguma vez na vida" (a) "usaste uma arma, força ou a ameaça de força contra alguém com intenção de lhe tirar dinheiro ou outra coisa?"; (b) "andaste armado com, por ex., um pau, uma faca, uma arma de fogo ou uma corrente?"; (c) "participaste numa briga de grupo num estádio de futebol, na rua ou noutro espaço público?"; (d) "espancaste ou feriste alguém de propósito com um pau ou uma faca, ao ponto de magoar essa pessoa?". No que respeita a pontuação da delinquência não violenta, podemos obtê-la através da resposta a oito itens: "Alguma vez na vida" (a) "danificaste algo de propósito, como, por ex., uma paragem de autocarro, uma janela, um carro ou um lugar de autocarro ou comboio?"; (b) "roubaste alguma coisa de uma loja ou centro comercial?"; (c) "invadiste uma casa para roubar algo?"; (d) "roubaste uma bicicleta?"; (e) "roubaste um carro ou mota?"; (f) "roubaste alguma coisa do interior ou exterior de um carro?"; (g) "roubaste alguma coisa a uma pessoa sem usar força ou ameaça?"; e (h) "vendeste drogas ou ajudaste alguém a vender drogas?". Tendo em consideração que todos estes itens são respondidos e pontuados de forma dicotómica (0=*Não*, 1=*Sim*), a pontuação da delinquência violenta pode variar entre zero e quatro (M= 0.22; DP= 0.50) e da delinquência não violenta pode variar entre zero e oito (M=0.41; DP= 0.81).

Youth Psychopathic Traits Inventory – Short Version (YPI-SV)

Elaborado por Van Baardewijk et al. (2010) e validado para a população portuguesa por Pechorro et al. (2015), o YPI-SV concerne uma versão curta de um questionário de autorrelato, denominado YPI, que tem como objetivo principal medir os traços psicopáticos em adolescentes. A versão curta deste instrumento é composta por 18 itens escolhidos através de um processo de seleção, feito passo a passo, de entre os 50 itens iniciais. O YPI-SV foi desenvolvido especificamente com o intuito de evitar o viés de resposta socialmente desejável, ao descrever os sentimentos e as opiniões como competências agradáveis, em vez de défices. Este instrumento integra três dimensões: a interpessoal, a afetiva e a comportamental, sendo estas pontuadas de acordo com uma escala de *Likert* que varia entre o nível um *(Discordo Muito)* e o nível quatro *(Concordo Muito)*. Desta forma, a variável foi calculada através da média de resposta aos 18 itens, tendo

uma pontuação variável entre zero e quatro (M=1.95; DP=0.44; α=.84), sendo que quanto maior for a pontuação, maior é a probabilidade de presença de características associadas aos traços psicopáticos.

Análises Estatísticas

A fim da análise dos dados recolhidos e descritos anteriormente, foi empregue um *software* estatístico denominado *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), de modo a realizar análises estatísticas descritivas, em específico da idade, sexo, nacionalidade e ano de escolaridade dos participantes. Para além das análises descritivas foram, também, realizadas análises mediadoras, com um *p-value* de .05.

Os modelos de mediação foram testados através de uma extensão macro do SPSS, denominada *PROCESS* (Hayes, 2018). Esta extensão é utilizada em diversas ciências de modo a estimar o efeito direto e indireto de modelos mediadores simples e múltiplos (Field, 2013).

Os dois modelos de mediação que hipotetizamos são formados pela variável independente "maus-tratos na infância" e a variável mediadora "traços psicopáticos", sendo a "delinquência violenta" e a "delinquência não violenta" utilizadas como variável dependente para cada uma das mediações a realizar. Para além destas variáveis, a idade e o sexo foram utilizados como co-variáveis, com o intuito de melhorar a precisão do modelo através do controle da sua ação. Deste modo, tal como expresso anteriormente, o *PROCESS* foi utilizado a fim de estimar a significância destes dois modelos de mediação, estimando, também, o Intervalo de Confiança *Bias-Corrected and Accelerated* através da técnica de *Bootstrapping*, utilizando 5,000 re-amostragens.

Para além disso, após a realização das mediações e sua interpretação, foram observados e comparados os efeitos indiretos dos dois modelos de mediação testados, de modo a compreender se o papel mediador dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta é mais forte do que na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta.

Resultados

Análises Descritivas dos Resultados

No que respeita aos maus-tratos na infância, mais de metade dos participantes (50.80%; n=186), reportaram ter experienciado, pelo menos, uma das categorias referidas no questionário, tendo 41.50% (n=152) reportado experiências de maus-tratos diretos (M=0.48; DP=0.61) e 21.60% (n=79) reportado experiência de maus-tratos indiretos (M=0.29; DP=0.60). No que diz respeito à variável dos maus-tratos na infância, esta varia entre zero (49.20%) e quatro (1.10%), existindo um total de quatro participantes que reportaram ter experienciado todas as situações de maus-tratos avaliadas no questionário. Relativamente

aos comportamentos delinquentes, 126 (34.40%) participantes reportaram a prática de, pelo menos, um destes comportamentos, sendo importante evidenciar sete como o máximo de comportamentos delinquentes reportados, de entre os doze possíveis, tendo esta quantidade sido cometida somente por um participante (0.30%). Daqueles que reportaram ter cometido comportamentos delinquentes, 67 (18.30%) mencionaram ter cometido comportamentos delinquentes violentos, enquanto 98 (26.80%) referiram ter cometido comportamentos não violentos. Todas estas informações podem ser observadas de modo mais detalhado na Tabela 1.

Análises dos Efeitos de Mediação

De modo a averiguar o papel mediador dos traços psicopáticos, e testar as hipóteses deste estudo, foram realizadas duas mediações.

Dado que um dos objetivos do presente estudo é investigar se os traços psicopáticos medeiam a relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta, foi realizada a primeira mediação, controlando as variáveis idade e sexo, encontrando-se a mesma expressa na Figura 1. Assim, concluímos que os traços psicopáticos medeiam esta relação, $F (4, 361) = 13.38$, $p < .001$, explicando um total de 12.91% da variância, tendo um efeito indireto significativo, $\beta = .06$, Bca CI [0.026, 0.102]. Os dados demonstram, ainda, que se trata de uma mediação total, dado que o efeito direto não é significativo, $b = 0.04$, $p = .181$.

De modo a testar a segunda hipótese, foi realizada uma mediação da relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta, controlando as variáveis idade e sexo, como expresso na Figura 2. Os resultados indicam que os traços psicopáticos medeiam esta relação, $F (4, 361) = 18.89$, $p < .001$, explicando um total de 17.31% da variância e apresentando um efeito indireto significativo, $\beta = .07$, Bca CI [0.033, 0.127]. Dado a existência de um efeito direto significativo, $b = 0.09$, $p < .05$, consideramos a mediação parcial.

Tabela 1

Estatísticas Descritivas dos Maus-Tratos na Infância e da Delinquência Violenta e Não Violenta

Variáveis	Valores Nulos	Estatísticas	
	n	n=366*	%*
Maus-Tratos Indiretos na Infância			
Testemunho de agressões físicas entre os cuidadores	1	30	8.20
Testemunho de conflitos sérios e repetidos entre os cuidadores	0	76	20.80
Maus-Tratos Diretos na Infância			
Abuso físico médio (bater, dar estalo, empurrar)	5	150	41.00
Abuso físico grave (bater com objeto, dar murro/pontapé, espancar)	1	22	6.00
Comportamento Delinquente Não Violento			
Vandalismo	1	18	4.90
Furto em loja ou centro comercial	1	57	15.60
Invasão de propriedade e furto	0	2	0.50
Furto de bicicleta	1	3	0.80
Furto de veículo	0	2	0.50
Furto de objeto do interior de um veículo	0	6	1.60
Furto a indivíduo	0	47	12.80
Venda de droga	0	14	3.80
Comportamento Delinquente Violento			
Roubo à mão armada	0	1	0.30
Porte de arma	0	23	6.30
Briga em grupo	0	51	13.90
Danos graves à integridade física (espancar alguém)	2	5	1.40

Nota. N= 366 participantes. Participantes tinham, em média, 15.41 anos (DP= 1.73).

* Reflete o número e percentagem de participantes que respondem “sim” a cada uma das questões.

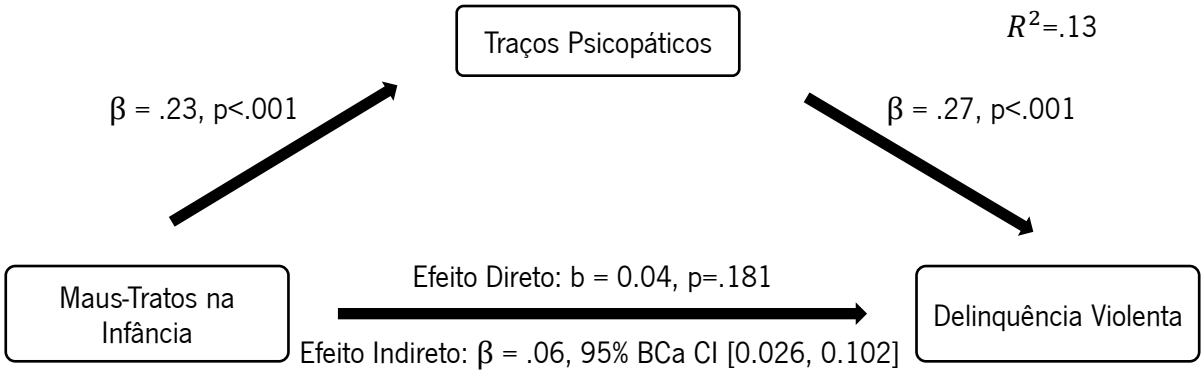


Figura 1. Mediação dos Traços Psicopáticos na Relação entre Maus-Tratos e Delinquência Violenta, com as variáveis idade e sexo como co-variáveis. Parâmetros padronizados.

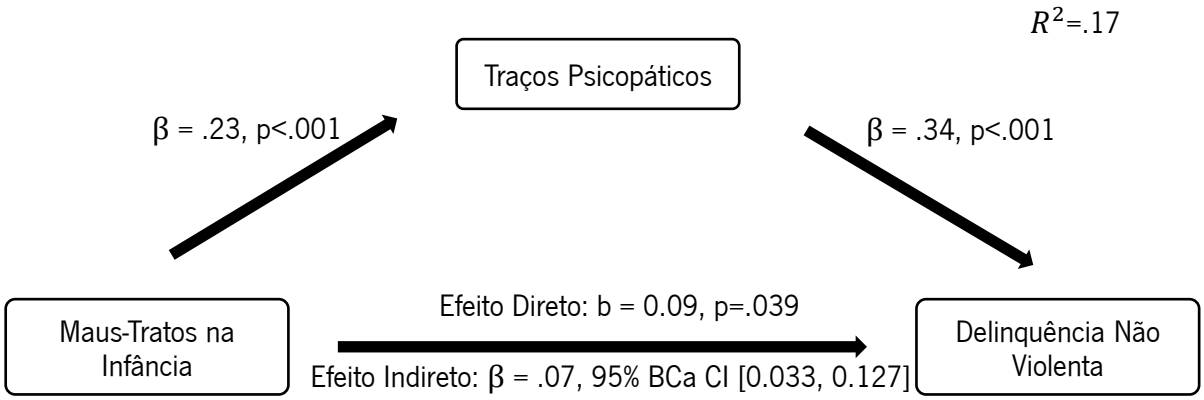


Figura 2. Mediação dos Traços Psicopáticos na Relação entre Maus-Tratos e Delinquência Não Violenta, com as variáveis idade e sexo como co-variáveis. Parâmetros padronizados.

Discussão

A relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência (Braga et al., 2017; Martins et al., 2021; Ryan et al., 2013), assim como a relação entre os maus-tratos e os traços psicopáticos (Krischer & Sevecke, 2008; Schimmenti et al., 2020) e os traços psicopáticos e a delinquência (Asscher et al., 2011; Blair et al., 2006; McCuish et al., 2015; Nijhof et al., 2011; Pechorro et al., 2014; Strickle et al., 2009), estão, como averiguamos, há décadas representadas na literatura. Contudo, pelo que foi possível compreender, a mediação dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência juvenil, quando decomposta nas tipologias violenta e não violenta, foi pouco estudada. Assim, este estudo teve como objetivo analisar estas mediações, compreendendo acerca da possibilidade de o mediador ser mais forte na relação entre maus-tratos na infância e delinquência violenta, quando comparado com a delinquência não

violenta. O presente estudo foi composto por uma amostra comunitária de 366 jovens estudantes com idades entre os 13 e os 21 anos.

Dado a utilização de diferentes metodologias, é importante ter em consideração que pode não ser possível encontrar uma correspondência absoluta das prevalências dos maus-tratos na infância e dos comportamentos delinquentes violentos e não violentos, quando comparado com a restante literatura.

Deste modo, primeiramente, e de forma similar a outros estudos (Almeida et al., 2020; Martins et al., 2018; Martins et al., 2021), mais de metade dos participantes relataram já ter experienciado algum tipo de maus-tratos na infância. Ainda que todos estes estudos refiram uma percentagem superior a 50%, apenas a percentagem encontrada em Martins et al. (2018) se assemelha à percentagem do presente estudo, podendo uma das explicações para esta conformidade ser a utilização do mesmo instrumento em ambos os estudos. Estes resultados continuam a fomentar a necessidade de compreender a razão pela qual os maus-tratos na infância se encontram tão disseminados na população portuguesa. Martins et al. (2018) dão relevância ao facto de a punição física continuar a ser considerada como um método disciplinar normativo, para algumas famílias, em Portugal. Este dado pode ser constatado através da constante manutenção dos maus-tratos físicos como a segunda tipologia mais registada de crime de violência doméstica contra crianças e jovens (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2019), o que pode promover uma normalização dos maus-tratos na infância. Esta normalização poderá contribuir para uma compreensão subjetiva daquilo que constitui, ou não, maus-tratos diretos e indiretos, influenciando, assim, as prevalências destes em instrumentos de autorrelato, como é o caso do ISRD-3.

Relativamente aos comportamentos delinquentes, neste estudo são apresentados resultados bastante mais baixos do que os esperados (Braga & Gonçalves, 2013; Gersão & Lisboa, 1994). Somente quando comparados com o estudo internacional de Doelman et al. (2021), foram encontrados dados semelhantes, não só no que diz respeito à delinquência geral, mas também no que respeita as duas outras tipologias. Assim, como esperado (Braga & Gonçalves, 2013), os dados do presente estudo revelaram uma maior prevalência de comportamentos delinquentes não violentos, em relação aos comportamentos delinquentes violentos. As discrepâncias encontradas entre o nosso artigo e os restantes (Braga & Gonçalves, 2013; Gersão & Lisboa, 1994) podem ser compreendidas através da auscultação do Relatório Anual de Segurança Interna de 2021 (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2022), que revela uma diminuição gradual dos números relacionados com a delinquência juvenil nos últimos anos, relatada pela Guarda Nacional

Republicana e pela Polícia de Segurança Pública. Desse modo, dado que os dados do presente estudo foram recolhidos em 2018, esta pode ser uma possível explicação para a diminuída prevalência encontrada e para a sua conformidade com o estudo de Doelman et al. (2021), que apresenta dados recolhidos entre 2012 e 2018.

Os resultados demonstraram uma relação positiva entre os maus-tratos na infância e a delinquência juvenil violenta e não violenta, corroborada pela literatura (Braga et al., 2017; Martins et al., 2021; Ryan et al., 2013), possibilitando, assim, a realização das mediações hipotetizadas. Considerando os resultados das mediações, são corroboradas, como esperado, a mediação dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta (Baskin-Sommers & Baskin, 2016; Chang et al., 2021; Dias, 2022), e a mediação dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta (Dias, 2022). Estes resultados demonstraram que os traços psicopáticos podem ser um dos mecanismos explicativos para a relação entre estas variáveis. Assim, os défices associados aos traços psicopáticos, como a desvalorização do impacto da violência nos outros, através da interpretação da mesma como normativa, e a não procura de meios alternativos para alcançar os objetivos, podem influenciar a forma como os indivíduos atuam perante o mundo (Baskin-Sommers & Baskin, 2016).

Tendo em consideração que indivíduos com altos níveis de traços psicopáticos apresentam uma maior propensão para se envolverem em delinquência violenta, mas não em delinquência não violenta (McCuish et al., 2015), era de esperar que o papel mediador dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta fosse mais forte do que este papel na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta. Contudo, o efeito indireto na mediação da relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta é maior (β=.07), do que na relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta (β=.06). Isto demonstra um papel mediador mais forte na delinquência não violenta, contrariamente àquilo que esperávamos.

Apesar do efeito indireto ser mais forte na delinquência não violenta, importa considerar que a mediação da relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência violenta se trata de uma mediação total, ou seja, esta relação pode ser totalmente explicada através dos traços psicopáticos encontrados nos indivíduos. Pelo contrário, a mediação da relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta é considerada uma mediação parcial. A mediação total pode ser fundamentada através da associação dos traços psicopáticos com os extremos do comportamento criminal (DeLisi & Vaughn, 2012).

Já a mediação parcial indica que, para além dos traços psicopáticos, poderão existir outros meios que explicam a relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência não violenta, como, por exemplo, as ofensas parentais, os problemas de saúde mental e o abuso de substâncias na família (Widom, 1997), entre outros.

Importa ter em consideração que a mediação ocorre quando a força da relação entre os maus-tratos e a delinquência violenta ou a delinquência não violenta é reduzida devido à introdução do mediador (Field, 2013). Dessa forma, o facto de a mediação da delinquência violenta ter um efeito direto mais baixo (b=0.04) do que o efeito direto da delinquência não violenta (b=0.09), pode, também, ser uma justificação para a existência de uma mediação total, uma vez que a diminuição deste efeito, aquando da introdução dos traços psicopáticos, poderá tornar-se significativa mais facilmente devido a este efeito direto ser baixo.

Limitações

Aquando da interpretação dos resultados encontrados, é importante considerar diversas limitações, às quais deve ser dada a devida importância em futuros estudos. Primeiramente, a amostra foi definida por conveniência e trata-se de uma amostra comunitária, o que leva a que os indivíduos apresentem, usualmente, menores níveis de traços psicopáticos e comportamentos antissociais (Salihovic & Stattin, 2017), quando comparados com amostras forenses. Deste modo, existe uma menor possibilidade de generalização dos resultados encontrados.

O facto deste estudo utilizar metodologia retrospetiva é uma limitação, dado que esta depende das recordações dos participantes (Talari & Goyal, 2020). Para além disso, embora este estudo seja retrospetivo e, por isso, sugira uma relação entre as variáveis, o facto de este também utilizar uma metodologia transversal não permite aferir a ordem temporal apresentada e, consequentemente, a possível causalidade existente entre variáveis (Widom & Wilson, 2015).

Tendo em conta os potenciais enviesamentos dos métodos de autorresposta (e.g., Gomes, Farrington, Krohn & Maia, 2022; Gomes, Farrington, Krohn, Cunha et al., 2022), importa considerar que a utilização da metodologia de autorrelato para a avaliação do comportamento delinquente e dos maus-tratos na infância pode conduzir à apresentação de efeitos mais pequenos, devido ao subrelato destes acontecimentos (Gomes et al., 2018; Gomes et al., 2019; White et al., 2009), sendo, por isso, uma mais-

valia a utilização de relatórios oficiais do Sistema de Justiça (Salihovic & Stattin, 2017), em comparação com a utilização de instrumentos como o ISRD-3.

No que diz respeito, especificamente, à avaliação dos maus-tratos na infância, o ISRD-3 considera, como referido anteriormente, somente duas tipologias da variável: abuso físico e o testemunho de violência interparental. O enfoque exclusivamente nestas duas tipologias implica o não relato de outras, como a negligência. Sendo esta a categoria de situação de perigo mais frequentemente diagnosticada pela CPCJ (CNPDPCJ, 2020), isto pode favorecer, também, estatísticas erróneas da realidade. Para além disso, apenas quatro questões são feitas de modo a averiguar a existência de algum acontecimento de maus-tratos na infância. Dessa forma, seria importante incluir uma maior diversidade de tipologias de experiências de maus-tratos, assim como questões mais específicas, de modo a facilitar a compreensão daquilo que constituí, ou não, cada uma das experiências de maus-tratos apresentadas, diminuindo a sustentação da prevalência desta variável na interpretação de cada um dos participantes. Ademais, este instrumento considera somente a prevalência ao longo da vida, não priorizando a idade em que aconteceu pela primeira vez, a cronicidade e a persistência desta violência, o que tem relevância para o envolvimento em comportamentos delinquentes (Doelman et al., 2021; Johnson, 2011).

Futuros Trabalhos

Este estudo permitiu produzir novos conhecimentos relativos às mediações dos traços psicopáticos nas relações entre os maus-tratos e a delinquência violenta e não violenta, elucidando sobre o facto dos traços psicopáticos poderem ser uma explicação para as relações expressas anteriormente, assim como sobre a força das mesmas. Deste modo, foi possível contribuir para o aumento do conhecimento sobre a delinquência e os maus-tratos na infância em Portugal.

Considerando a relevância da temática estudada, é de extrema importância a realização de futuras pesquisas utilizando estudos longitudinais, de modo a melhor compreender a possibilidade de uma relação causal entre as variáveis. Para além disso, seria vantajoso a utilização de outros instrumentos de medida dos maus-tratos na infância, como, por exemplo, o ACE, assim como a utilização de uma medida que inclua os dados oficiais da delinquência. Ademais, a utilização de amostras comunitárias e forenses poderia ser benéfica para a comparação e consequente compreensão das diferenças entre as duas amostras.

Ainda que alguns estudos apresentem efeitos mais fortes para a relação com delinquência violenta do que com delinquência não violenta (Braga et al., 2017; Maas et al., 2008; Ryan et al., 2013), outros apresentam efeitos na delinquência não violenta, mas não na delinquência violenta (Cronley et al., 2015). Deste modo, tendo como objetivo o contínuo aumento de conhecimento nesta área, é importante explorar os efeitos das diferentes tipologias de maus-tratos na infância em cada uma das ofensas específicas, tendo em consideração a idade de iniciação dos maus-tratos, dado que os maus-tratos experienciados nos primeiros anos de vida do indivíduo e a exposição prolongada ao mesmo irão apresentar consequências mais graves (Cowell et al., 2015), quando comparado com os maus-tratos experienciados mais tarde. Para além disso, seria relevante considerar as diferentes influências que cada traço psicopático tem nas diferentes tipologias da delinquência, uma vez que em diversos estudos é apresentada uma maior influência do fator antissocial nas trajetórias de ofensas crónicas (Corrado et al., 2015; McCuish et al. 2014). O estudo destas variáveis pode vir a contribuir para a compreensão dos diferentes resultados apresentados anteriormente.

Tendo em consideração que os maus-tratos na infância são um problema sério e universal, acreditamos que é indispensável o investimento público para a prevenção e compreensão das suas consequências. Através do estudo destas mediações, foi possível contribuir para a compreensão destas relações e dos mecanismos adjacentes das mesmas, promovendo o desenvolvimento de mais e melhores intervenções e prevenções. Deste modo, torna-se exequível a melhoraria das metodologias usadas para a prevenção de maus-tratos na infância, assim como a contribuição para a prevenção da delinquência, através da identificação e monitorização de indivíduos que experienciaram maus-tratos e que possam estar a desenvolver traços psicopáticos e a encetar numa trajetória delinquente. Para além disso, a capacitação de novos conhecimentos torna possível o desenvolvimento de novas intervenções com jovens delinquentes, assim como a potencialização das já existentes, focando no trauma potencialmente experienciado por estes indivíduos e na família, permitindo, assim, a redução da possibilidade de iniciarem carreiras criminais e a transmissão intergeracional da violência. Contudo, é importante ter em consideração que, embora estas mediações tenham sido comprovadas, nem todos os indivíduos com história de maus-tratos na infância apresentam traços psicopáticos e trajetórias delinquentes e nem todos os indivíduos que têm traços psicopáticos cometem atos violentos ou não violentos. Para além disso, nem todos os indivíduos que cometem estes tipos de atos experienciaram maus-tratos ou têm traços psicopáticos.

Referências

Almeida, T. C., Ramos, C., Brito, J., & Cardoso, J. (2020). The juvenile victimization questionnaire: Psychometric properties and poly-victimization among portuguese youth. *Children and Youth Services Review*, *113*. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105001

American Psychiatric Association. (2013). Transtornos da Personalidade do Grupo B. In American Psychiatric Association (Ed.) *Manual Diagnóstico e Estatístico De Transtornos Mentais (5th ed.).*

Asscher, J. J., van Vugt, E. S., Stams, G. J. J. M., Deković, M., Eichelsheim, V. I., & Yousfi, S. (2011). The relationship between juvenile psychopathic traits, delinquency and (violent) recidivism: A meta-analysis. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *52*(11), 1134–1143. https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2011.02412.x

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2019). *Estatísticas APAV: Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência 2013-2018.*

Baskin-Sommers, A. R., & Baskin, D. (2016). Psychopathic Traits Mediate the Relationship Between Exposure to Violence and Violent Juvenile Offending. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, *38*(3), 341–349. https://doi.org/10.1007/s10862-016-9535-0

Blair, R. J. R., Peschardt, K. S., Budhani, S., Mitchell, D. G. V., & Pine, D. S. (2006). The development of psychopathy. *Journal of Child Psychology and Psychiatry 43*(3–4), 262–276. https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2006.01596.x

Braga, T., & Gonçalves, R. J. A. (2013). Delinquência juvenil: da caracterização à intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente, 4*(1). https://doi.org/10.34628/hg42-r604

Braga, T., Gonçalves, L. C., Basto-Pereira, M., & Maia, Â. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, *33*, 37–50. https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.006

Cellini, H. R. (2004). Child Abuse, Neglect, and Delinquency: The Neurological Link. *Juvenile and Family Court Journal.*

Chang, S., Hou, Q., Wang, C., Wang, M., Wang, L., & Zhang, W. (2021). Childhood maltreatment and violent delinquency in Chinese juvenile offenders: Callous-unemotional traits as a mediator. *Child Abuse and Neglect*, *117*. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105085

Colins, O. F., Bijttebier, P., Broekaert, E., & Andershed, H. (2014). Psychopathic-Like Traits Among Detained Female Adolescents: Reliability and Validity of the Antisocial Process Screening Device and the Youth Psychopathic Traits Inventory. *Assessment*, *21*(2), 195–209. https://doi.org/10.1177/1073191113481997

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2020). *Relatório Anual da Avaliação das Atividades das CPCJ 2019.*

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2022). *Relatório Anual da Avaliação das Atividades das CPCJ 2021.*

Corrado, R. R., McCuish, E. C., Hart, S. D., & DeLisi, M. (2015). The role of psychopathic traits and developmental risk factors on offending trajectories from early adolescence to adulthood: A prospective study of incarcerated youth. *Journal of Criminal Justice*, *43*(4), 357–368. https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.04.007

Cowell, R. A., Cicchetti, D., Rogosch, F. A., & Toth, S. L. (2015). Childhood maltreatment and its effect on neurocognitive functioning: Timing and chronicity matter. *Development and Psychopathology*, *27*(2), 521–533. https://doi.org/10.1017/S0954579415000139

Cronley, C., Jeong, S., Davis, J. B., & Madden, E. (2015). Effects of Homelessness and Child Maltreatment on the Likelihood of Engaging in Property and Violent Crime During Adulthood. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, *25*(3), 192–203. https://doi.org/10.1080/10911359.2014.966219

Dargis, M., & Koenigs, M. (2017). Witnessing domestic violence during childhood is associated with psychopathic traits in adult male criminal offenders. *Law and Human Behavior, 41*(2), 173–179. https://doi.org/10.1037/lhb0000226

Dargis, M., Newman, J., & Koenigs, M. (2016). Clarifying the Link between Childhood Abuse History and Psychopathic Traits in Adult Criminal Offenders. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, *7*(3), 221–228. https://doi.org/10.1037/per0000147

DeLisi, M., & Vaughn, M. G. (2012). Still Psychopathic After All These Years. In M. DeLisi, & P. Conis (Eds.) *Violent Offenders: Theory, Research, Policy, and Practice* (pp. 95-108). Jones & Bartlett Learning.

Dias, B. B. (2022). *Maus-Tratos na Infância e Delinquência Juvenil: O papel mediador dos Traços Psicopáticos* [Master's thesis, Universidade do Minho]. RepositóriUM da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/81129

Doelman, E. H. J., Luijk, M. P. C. M., Marshall, I. H., Jongerling, J., Enzmann, D., & Steketee, M. J. (2021). The association between child maltreatment and juvenile delinquency in the context of Situational Action Theory: Crime propensity and criminogenic exposure as mediators in a sample of European youth? *European Journal of Criminology,* 1-20. https://doi.org/10.1177/14773708211013300

Dye, H. (2018). The impact and long-term effects of childhood trauma. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, *28*(3), 381–392. https://doi.org/10.1080/10911359.2018.1435328

Enzmann, D., Kivivuori, J., Marshall, I. H., Steketee, M., Hough, M., & Killias, M. (2018). *A Global Perspective on Young People as Offenders and Victims: First Results from the ISRD3 Study* (1st ed.). Springer Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-63233-9

Farina, A. S. J., Holzer, K. J., DeLisi, M., & Vaughn, M. G. (2018). Childhood Trauma and Psychopathic Features Among Juvenile Offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *62*(14), 4359–4380. https://doi.org/10.1177/0306624X18766491

Farrington, D. P. (1986). Age and Crime. In M. Tonry & N. Morris (Eds.), *Crime and Justice: An Annual Review of Research* (pp.189-250). University of Chicago Press.

Farrington, D. P. (2004). Conduct disorder, agression, and delinquency. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 627-664). John Wiley & Sons, Inc.

Field, A. (2013). *Discovering Statistics using IBM SPSS Statistics* (4th ed.). SAGE Publications.

Frick, P. J., Ray, J. V., Thornton, L. C., & Kahn, R. E. (2014). Can Callous-Unemotional Traits Enhance the Understanding, Diagnosis, and Treatment of Serious Conduct Problems in Children and Adolescents? A Comprehensive Review. *Psychological Bulletin, 140*(1), 1-57. https://doi.org/10.1037/a0033076

Gersão, E., & Lisboa, M. (1994). The Self-Report Delinquency Study in Portugal. In J. Junger-Tas, G. J. Terlouw & M. W. Klein (Eds.). *Delinquent Behavior Among Young People in the Western World: First Results of the International Self-Report Delinquency Study* (pp. 212-237). Kugler Publications

Glenn, A. L., & Raine, A. (2013). Neurocriminology: implications for the punishment, prediction and prevention of criminal behaviour. *Nature Reviews Neuroscience, 15*(1), 54-63. https://doi.org/10.1038/nrn3640

Gomes, H. M. D. S. (2021). *Measuring offending: Field experiments and improving the accuracy of self-reports of delinquent behavior* [Doctoral dissertation, Universidade do Minho]. RepositóriUM da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/79610

Gomes, H. S., Farrington, D. P., Krohn, M. D., Cunha, A., Jurdi, J., Sousa, B., Morgado, D., Hoft, J., Hartsell, E., Kassem, L., & Maia, Â. (2022). The impact of modes of administration on self-reports of offending: evidence from a methodological experiment with university students. *Journal of Experimental Criminology,* 1-21. https://doi.org/10.1007/s11292-022-09531-z

Gomes, H. S., Farrington, D. P., Krohn, M. D., & Maia, Â. (2022). How sensitive are self-reports of offending?: The impact of recall periods on question sensitivity. *International Journal of Social Research Methodology*, 1-9. https://doi.org/10.1080/13645579.2022.2077529

Gomes, H. S., Farrington, D. P., Maia, Â., & Krohn, M. D. (2019). Measurement bias in self-reports of offending: a systematic review of experiments. *Journal of Experimental Criminology*, *15*(3), 313–339. https://doi.org/10.1007/s11292-019-09379-w

Gomes, H. S., Maia, Â., & Farrington, D. P. (2018). Measuring offending: self-reports, official records, systematic observation and experimentation. *Crime psychology review*, *4*(1), 26-44. https://doi.org/10.1080/23744006.2018.1475455

Hamby, S., Finkelhor, D., Turner, H., & Ormrod, R. (2011). Children's Exposure to Intimate Partner Violence and Other Family Violence. *Juvenile Justice Bulletin.*

Hayes, A. F. (2018). Partial, conditional, and moderated moderated mediation: Quantification, inference, and interpretation. *Communication monographs, 85*(1), 4-40. https://doi.org/10.1080/03637751.2017.135210

Higgins, D. J., Mathews, B., Pacella, R., Scott, J. G., Finkelhor, D., Meinck, F., Erskine, H. E., Thomas, H. J., Lawrence, D. M., Haslam, D. M., Malacova, E., & Dunne, M. P. (2023). The prevalence and nature of multi-type child maltreatment in Australia. *Medical Journal of Australia, 218*(56), 519-525. https://doi.org/10.5694/mja2.51868

Johnson, M. H. (2011). Interactive Specialization: A domain-general framework for human functional brain development? *Developmental Cognitive Neuroscience, 1*(1), 7–21. https://doi.org/10.1016/j.dcn.2010.07.003

Johnstone, L., & Cooke, D. J. (2004). Psychopathic-Like Traits in Childhood: Conceptual and Measurement Concerns. *Behavioral Sciences and the Law, 22*(1), 103–125. https://doi.org/10.1002/bsl.577

Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. R., & Kenny, E. D. (2003). Child Witnesses to Domestic Violence: A Meta-Analytic Review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *71*(2), 339–352. https://doi.org/10.1037/0022-006X.71.2.339

Krischer, M. K., & Sevecke, K. (2008). Early traumatization and psychopathy in female and male juvenile offenders. *International Journal of Law and Psychiatry*, *31*(3), 253–262. https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2008.04.008

Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-Loeber, M., Van Kammen, W. B., & Maughan, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Development and Psychopathology, 5*(1-2), 103–133. https://doi.org/10.1017/S0954579400004296

Maas, C., Herrenkohl, T. I., & Sousa, C. (2008). Review of research on child maltreatment and violence in youth. *Trauma, Violence, & Abuse 9*(1), 56–67. https://doi.org/10.1177/1524838007311105

Maglione, D., Caputi, M., Moretti, B., & Scaini, S. (2018). Psychopathological consequences of maltreatment among children and adolescents: A systematic review of the GxE literature. *Research in Developmental Disabilities.* https://doi.org/10.1016/j.ridd.2018.06.005

Martins, J. S. T. O., Dinis, M. A. P., Caridade, S. M. M., Sousa, H. F. P. E., & De Moura, A. P. R. (2021). Adverse childhood experiences and delinquent behaviour: Predictors and mediating variables. *Archives of Clinical Psychiatry*, *48*(2), 75–82. https://doi.org/10.15761/0101-60830000000284

Martins, P. C., Mendes, S. M., Fernández-Pacheco, G., & Tendais, I. (2018). Juvenile Victimization in Portugal through the Lens of ISRD-3: Lifetime Prevalence, Predictors, and Implications. *European Journal on Criminal Policy and Research*, *25*(3), 317–343. https://doi.org/10.1007/s10610-018-9401-6

McCuish, E. C., Corrado, R. R., Hart, S. D., & DeLisi, M. (2015). The role of symptoms of psychopathy in persistent violence over the criminal career into full adulthood. *Journal of Criminal Justice, 43*(4), 345–356. https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.04.008

McCuish, E. C., Corrado, R., Lussier, P., & Hart, S. D. (2014). Psychopathic traits and offending trajectories from early adolescence to adulthood. *Journal of Criminal Justice*, *42*(1), 66–76. https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2013.12.004

McLaughlin, K. A., Sheridan, M. A., Tibu, F., Fox, N. A., Zeanah, C. H., & Nelson III, C. A. (2015). Causal effects of the early caregiving environment on development of stress response systems in children. *Psychological and Cognitive Sciences.* https://doi.org/10.1073/pnas.1423363112

Mead, H. K., Beauchaine, T. P., & Shannon, K. E. (2010). Neurobiological adaptations to violence across development. *Development and Psychopathology*, *22*(1), 1–22. https://doi.org/10.1017/S0954579409990228

Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, *100*(4), 674-701

Nijhof, K. S., Vermulst, A., Scholte, R. H. J., Van Dam, C., Veerman, J. W., & Engels, R. C. M. E. (2011). Psychopathic traits of Dutch adolescents in residential care: Identifying subgroups. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *39*(1), 59–70. https://doi.org/10.1007/s10802-010-9445-7

Pechorro, P., Andershed, H., Ray, J. V., Maroco, J., & Gonçalves, R. A. (2015). Validation of the Youth Psychopathic Traits Inventory and Youth Psychopathic Traits Inventory – Short Version Among Incarcerated Juvenile Delinquents. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, *37*(4), 576–586. https://doi.org/10.1007/s10862-015-9490-1

Pechorro, P., Gonçalves, R. A., Maroco, J., Gama, A. P., Neves, S., & Nunes, C. (2014). Juvenile delinquency and psychopathic traits: An empirical study with portuguese adolescents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *58*(2), 174–189. https://doi.org/10.1177/0306624X12465584

Piquero, A. R., Jennings, W. G., & Barnes, J. C. (2012). Violence in criminal careers: A review of the literature from a developmental life-course perspective. *Aggression and Violent Behavior, 17*, 171-179. https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.02.008

Ryan, J. P., Williams, A. B., & Courtney, M. E. (2013). Adolescent Neglect, Juvenile Delinquency and the Risk of Recidivism. *Journal of Youth and Adolescence, 42*(3), 454–465. https://doi.org/10.1007/s10964-013-9906-8

Salihovic, S., & Stattin, H. (2017). Psychopathic Traits and Delinquency Trajectories in Adolescence. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, *39*(1), 15–24. https://doi.org/10.1007/s10862-016-9553-y

Sanchez, M. M., & Pollak, S. D. (2009). Socio-emotional development following early abuse and neglect: Challenges and insights from translational research. In M. De Haan & M. R. Gunnar (Eds.), *Handbook of developmental social neuroscience.* Guilford Press.

Schimmenti A., Carabellese, F. F., & Caretti, V. (2020). Child Maltreatment and Psychopathy. In A. R. Felthous & H. Saß (Eds.), *The Wiley International Handbook on Psychopathic Disorders and the Law* (pp. 403-419). John Wiley & Sons Ltd. https://doi.org/10.1002/9781119159322.ch18

Sethi, D., Bellis, M., Hughes, K., Gilbert, R., Mitis, F., & Galea, G. (2013). *European report on preventing child maltreatment.* World Health Organization. https://apps.who.int/iris/handle/10665/326375

Sistema de Segurança Interna. (2022). R*elatório Anual de Segurança Interna 2021.*

Strickle, T. R., Kirkpatrick, N. M., & Brush, L. N. (2009). Callous-unemotional traits and social information processing: Multiple risk-factor models for understanding aggressive behavior in antisocial youth. *Law and Human Behavior, 33*(6), 515–529. https://doi.org/10.1007/s10979-008-9171-7

Sutterlüty, F. (2007). The genesis of violent careers. *Ethnography, 8*(3), 267-286. https://doi.org/10.1177/1466138107081025

Talari, K., & Goyal, M. (2020). Retrospective studies - Utility and caveats. *Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh*, *50*(4), 398–402. https://doi.org/10.4997/JRCPE.2020.409

Van Baardewijk, Y., Andershed, H., Stegge, H., Nilsson, K. W., Scholte, E., & Vermeiren, R. (2010). Development and tests of short versions of the Youth Psychopathic Traits Inventory and the youth psychopathic traits inventory-child version. *European Journal of Psychological Assessment*, *26*(2), 122–128. https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000017

White, S. F., Cruise, K. R., & Frick, P. J. (2009). Differential correlates to self-report and parent-report of callous-unemotional traits in a sample of juvenile sexual offenders. *Behavioral Sciences and the Law*, *27*(6), 910–928. https://doi.org/10.1002/bsl.911

Widom, C. S. (1997). Child abuse, neglect, and witnessing violence. In D. M. Stoff, J. Breiling, & J. D. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 159–170). John Wiley & Sons Inc.

Widom, C. S., & Maxfield, M. G. (2001). An update on the "Cycle of Violence". *Department of Justice, Office of Justice Programs*.

Widom, C. S., & Wilson, H. W. (2015). Intergenerational Transmission of Violence. In J. Lindert & I. Levav (Eds.), *Violence and Mental Health* (pp. 27–45). Springer Science+Business Media Dordrechi. https://doi.org/10.1007/978-94-017-8999-8_2

World Health Organization. (2022, September 19). *Child maltreatment.* https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment

World Health Organization & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. (2006). *Preventing Child Maltreatment: a guide to taking action and generating evidence.*

Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 092/2019

Relatores: Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque e Marlene Alexandra Veloso Matos

Título do projeto: *Validação do instrumento Communities That Care - Youth Survey (CTC-YS) para a população adolescente Portuguesa*

Equipa de Investigação: Hugo S. Gomes, Doutoramento em Psicologia Aplicada, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Professora Doutora Ângela Maia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Professor *Emeritus* Doutor David P. Farrington, Instituto de Criminologia, Universidade de Cambridge; Professor Doutor Daniel Rijo, Co-investigador, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra; Bárbara Castro, bolseiro de investigação, Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho (CIPsi); Diogo Morgado, bolseiro de investigação, Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho (CIPsi); Joana Andrade, estagiária OPP

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Validação do instrumento Communities That Care - Youth Survey (CTC-YS) para a população adolescente Portuguesa.*

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 22 de janeiro de 2020.

O Presidente da CEICSH

Assinado por : **ACÍLIO DA SILVA ESTANQUEIRO ROCHA**
Num. de Identificação: BI042754054
Data: 2020.01.31 15:29:36+00'00'

Anexo: Formulário de identificação e caracterização do projeto

CARTÃO DE CIDADÃO